

## **Moção pela liberdade de pesquisa e de cátedra e pela proteção dos antropólogos**

**Remetente:** Grupo de Estudos sobre Mediação e Alteridade – GEMA/UNIFESP.

**Destinatário:** Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

Nós, antropólogas/es/os reunidos na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, seriamente preocupados com as ameaças à liberdade de pesquisa e de cátedra que vem aumentando nos últimos tempos, trazemos à público um apelo para uma maior discussão e implementação de mecanismos institucionais de proteção de antropólogos e da pesquisa antropológica.

A prática de cerceamento da divulgação de resultados de pesquisa que abordem temas sensíveis a grupos de extrema direita (tais como questões de direitos indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, aborto, entre outras ditas pautas “morais”) não pode pautar os objetos de pesquisa e o campo antropológico, sobretudo quando tais pesquisas foram realizadas em conformidade com o código de ética da ABA e com referências claras a fontes textuais e a documentos de acesso público, tal como ocorreu com o livro *Religião e Conflito*, organizado por Melvina Araújo e Christa Vital Cunha, cuja censura foi motivada por um processo judicial movido por uma das atrizes da campanha pela aprovação do PL 1057, que visa criminalizar o suposto infanticídio indígena.

Num contexto de mutualidade no qual pesquisadores tornam-se parte de uma rede de apoio a populações minoritárias e em situação de risco, sua proteção é tão vital quanto a dos pesquisados. As tentativas de se impedir a realização de pesquisas com essas populações, bem como a divulgação de seus resultados, seja por meio de ameaças à integridade física, moral e emocional de pesquisadores, têm como implicações a exclusão desses temas do leque das possibilidades de pesquisa e a implementação de um processo de autocensura entre aqueles que já trabalham com os temas classificados como sensíveis.

Fazemos um apelo à ABA por entendermos que o medo não pode se sobrepor ao fazer antropológico causando direcionamentos nas temáticas e abandono de pesquisas ou impedindo a divulgação de seus resultados. Urge a necessidade de um debate no qual se pense formas de proteção de antropólogos postos em risco em decorrência do exercício de seu ofício. É preciso que a ABA discuta essas questões e forneça instrumentos de salvaguarda aos pesquisadores.